

Ato Val-6  
Unanimidade!



## 5.ª Comissão Permanente

### Comissão de Descentralização e Obras Municipais

#### Parecer

*Relativo à Proposta n.º 687/2014 – “Submeter à Assembleia Municipal a autorização para aprovação da Proposta de Contrato de Delegação de Competências entre a CML e a Junta de Freguesia de Santo António, e aprovação da respectiva minuta de contrato”*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

ENT. 3754 SG/DAOSM/GAAM/\_\_\_\_\_

DATA 05/12/14

Arac. Fernandes



## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 687/2014<sup>1</sup>, subscrita pelo Vereador com os Pelouros da Estrutura Verde e da Energia, José Sá Fernandes<sup>2</sup>, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa [AML], para efeitos de autorização<sup>3</sup>, a celebração de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Santo António – bem como a aprovação da respectiva minuta –, tendo em vista a transferência das competências de gestão do quiosque municipal sito no Jardim do Torel.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, para a 5.ª Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais, a fim de ser apreciada e, conseqüentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017<sup>4</sup>.

## 2. CONSIDERANDOS

O Jardim do Torel foi objecto da transferência de competências para a Freguesia de Santo António por via da Deliberação n.º 6/AML/2014, de 21 de Janeiro, que visa a implementação da reorganização administrativa da cidade de Lisboa determinada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro.

O Município de Lisboa é proprietário do quiosque sito no Jardim do Torel, cuja concessão cessou no passado dia 3 de Novembro de 2014, encontrando-se, assim, livre e desocupado de pessoas e bens.

A gestão do referido quiosque, destinado ao ramo alimentar, com esplanada é pretendida pela Junta de Freguesia de Santo António, porquanto o mesmo é um equipamento essencial para apoio às actividades que aquela autarquia programou para o Jardim do Torel, bem como para

<sup>1</sup> Doravante designada apenas por Proposta.

<sup>2</sup> A Proposta foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 12 de Novembro de 2014.

<sup>3</sup> Nos termos e ao abrigo do preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

<sup>4</sup> Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.



garantir a gestão integrada de ambos os espaços, pelo que, para tanto, é objectivo da mesma concessionar a sua exploração.

Por seu turno, é do interesse da CML que o quiosque retome a sua actividade, por forma a garantir a segurança e a animação daquela zona e ainda a preservação do aludido equipamento.

Ora, reconhecendo a CML os argumentos aduzidos pela Junta de Freguesia, pretendem as duas autarquias de Lisboa celebrar um contrato de delegação de competências de modo a efectivar a cedência da gestão do quiosque municipal à Freguesia de Santo António.

Em conformidade com o disposto nas alíneas T) e U) dos Considerandos da Proposta, para que a Junta de Freguesia de Santo António possa ceder a exploração do quiosque, como estabelecimento de restauração e bebidas, torna-se necessário que o prazo de vigência do contrato de delegação de competências seja superior ao da duração do mandato autárquico em curso. Por esta razão, na Proposta [alínea U) dos Considerandos] refere-se que a vigência do referido contrato deverá coincidir com o prazo normalmente fixado para as concessões de exploração de quiosques, nomeadamente um prazo máximo de 16 anos [com prorrogações incluídas]. Sucede, porém, que na minuta do contrato anexada à proposta se estipula um prazo de 20 anos, prorrogável, no silêncio das partes, por períodos de 3 anos [cfr. Cláusula 3.<sup>a</sup>].

### **3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR**

As forças políticas representadas na 5.<sup>a</sup> Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.



#### 4. CONCLUSÕES

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e da alínea *l*) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017, compete à AML autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a CML e as Juntas de Freguesia.

Analisada a Proposta, bem como os documentos que a acompanham, a 5.ª Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais emite parecer favorável, devendo, no entanto, ser clarificada pela CML a discrepância entre o prazo de 20 anos constante da minuta do contrato e o teor da alínea U) dos Considerandos da Proposta, no quadro das suas competências de acompanhamento e fiscalização.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Pelo exposto, infere-se que a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML.

#### 5. ANEXOS

O Deputado Municipal Relator considerou desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado pelos demais Deputados e Grupos Municipais.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2014.

O Presidente da 5.ª Comissão,

O Deputado Relator,